

Quarta-feira

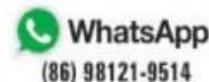
Teresina, 3 de fevereiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



Não esqueça de se identificar.

■ TERCEIRIZAÇÃO DE HOSPITAIS

Deputado quer que MP apure irregularidades

O deputado Marden Menezes (PSDB) disse ontem que apresentará ainda esta semana no plenário da Assembleia Legislativa do Piauí o relatório da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), sobre o processo de terceirização no Hospital Regional Justino Luz, de Picos, através de contrato com a organização social (OS). A auditoria do TCE encontrou uma série de irregularidades no contrato de gestão entre o Governo do Estado e o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), atual gestora da unidade de saúde.

O deputado afirmou que, com base na apuração da auditoria, irá solicitar oficialmente do Ministério Público Federal e Estadual a aplicação das medidas cabíveis diante das irregularidades apontadas no relatório, já que o Tribunal de Contas é um órgão de caráter apenas administrativo. "O Tribunal de Contas atua na via administra-

tiva, então nós enviaremos para o Ministério Público e vamos continuar nessa luta pela não terceirização. O que a gente quer é que o governo desista de vez dessa ideia, até porque, além das irregularidades, a própria Justiça do Trabalho já proibiu", afirmou o parlamentar.

O deputado afirmou que está aguardando apenas o envio da cópia do relatório da auditoria do TCE para fazer a divulgação do documento na Assembleia e solicitar providências do Ministério Público. Segundo informações do conselheiro Kennedy Barros, responsável por solicitar a auditoria no órgão, o Tribunal de Contas está no momento aguardando a defesa da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí sobre o contrato para se pronunciar sobre o assunto de forma oficial. Entre as irregularidades apontadas, Kennedy citou a falta de economicidade no contrato com a OS. (CS)

Foto: Divulgação



DEPUTADO Marden Menezes: MP no caso da terceirização do Hospital de Picos

Franzé diz que não tem como devolver dinheiro

O secretário estadual de Administração e Previdência, Franzé Silva, afirmou ontem que o Estado não tem dinheiro nem base legal para devolver a gratificação de insalubridade retirada em janeiro de cerca de 10 mil servidores da Saúde, Educação, Assistência Social e outras pastas. A declaração de Franzé contraria determinação do governador Wellington Dias para que os valores descontados dos contracheques dos servidores sejam devolvidos.

O governador baixou a ordem na última segunda-feira, depois de reunião do secretário de Governo, Merlong Solano, com representantes de sindicatos das categorias que perderam a gratificação. Segundo Franzé Silva, o Estado não tem mais recursos e a devolução da gratificação depende de outra lei aprovada na Assembleia Legislativa. No total, foram cortados mais de R\$ 900 mil da gratificação de insalubridade dos servidores. Ele explicou que o corte se deu em cumprimento a recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

Ele adiantou que ainda vai conversar com o governador

Wellington Dias para explicar como se deu a medida que reduziu e adequou o pagamento das gratificações de insalubridade. Ele inclusive fez uma nova consulta ao Tribunal de Contas do Estado sobre o assunto. Segundo o secretário, a redução foi dada com base em parecer da Procuradoria do Estado e do TCE-PI. "Se for para devolver, precisa ter uma alteração legal, com uma lei aprovada na Assembleia Legislativa", explicou.

O TCE-PI confirmou ao Diário do Povo, na última segunda-feira, que os descontos foram feitos dentro da lei. Segundo o procurador do Ministério Público de Contas do TCE-PI, Leando Maciel, o Estado estava pagando valores acima do que devia aos servidores, a título de gratificação. Ontem, o governador Wellington Dias disse na Assembleia Legislativa que vai buscar uma forma legal de garantir a insalubridade. "O nosso objetivo é não prejudicar os servidores e ver a interpretação que permite manter a insalubridade. A orientação é encontrar essa alternativa e manter o direito do servidor", observou. (LC)

Foto: Divulgação



SECRETÁRIO Franzé Silva: sem recursos para devolver gratificação de servidores



TEMPO

Nascente: 5h55
Pôrto: 18h14
Máxima: 31°
Mínima: 22°

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

JORNAL meio norte

ANO XXI - Nº 8594 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2016



Investigação

TCE apresenta relatório de auditoria na Jucepi

O Tribunal de Contas do Estado Piauí realizou na manhã de terça-feira, dia 02, uma apresentação do relatório preliminar da auditoria temática da Junta Comercial do Estado - JUCEPI. O chefe do Núcleo de Gestão Estratégica da Informação - NUGEI, José Inaldo de Oliveira, explicou que a auditoria temática tem como objetivo fazer uma avaliação técnica das ameaças, oportunidades, forças e fraquezas do auditado, com a valoração objetiva dos aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do seu afazer e com a finalidade de promover o seu aperfeiçoamento.

"Desde 2015 estamos nesse processo com a Jucepi, avaliando amplamente o modelo de gestão, o desempenho do órgão no que diz respeito à sua missão institucional. Contextualizamos a situação que o órgão se en-

contra hoje, identificamos as fraquezas e os desafios para o aperfeiçoamento da gestão com o propósito da excelência", explicou José Inaldo.

O relatório preliminar apresentado contém as recomendações do TCE-PI para o Poder Executivo, do Legislativo e para a JUCEPI visando o aperfeiçoamento da instituição. Entre elas estão: promover ações voltadas ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro, ampliar os serviços on line; acelerar a digitalização do acervo documental físico; estudar a criação e instituição de um Fundo de Modernização para a JUCEPI; criar, no âmbito da Comissão Técnica de Infraestrutura e Política Econômica, uma subcomissão para acompanhar e contribuir com o processo de modernização da JUCEPI; elaborar um Plano Estratégico Plurianual para o órgão. (E.R.)



Credibilidade da instituição - 02/02/2016 às 17h16

Tribunal de Contas apresenta relatório preliminar de auditoria feita na Jucepi

'Desde 2015 estamos nesse processo com a Jucepi, avaliando amplamente o modelo de gestão'



O Tribunal de Contas do Estado Piauí realizou na manhã de hoje (02) uma apresentação do relatório preliminar da auditoria temática da Junta Comercial do Estado - JUCEPI.

O chefe do Núcleo de Gestão Estratégica da Informação - NUGEI, José Inaldo de Oliveira, explicou que a auditoria temática tem como objetivo fazer uma avaliação técnica das ameaças, oportunidades, forças e fraquezas do auditado, com a valoração objetiva dos aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do seu afazer e com a finalidade de promover o seu aperfeiçoamento.



"Desde 2015 estamos nesse processo com a Jucepi, avaliando amplamente o modelo de gestão, o desempenho do órgão no que diz respeito à sua missão institucional. Contextualizamos a situação que o órgão se encontra hoje, identificamos as fraquezas e os desafios para o aperfeiçoamento da gestão com o propósito da excelência", explicou José Inaldo.

O relatório preliminar apresentado contém as recomendações do TCE-PI para o Poder Executivo, do Legislativo e

para a JUCEPI visando o aperfeiçoamento da instituição. Entre elas estão: promover ações voltadas ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro, ampliar os serviços on line; acelerar a digitalização do acervo documental físico; estudar a criação e instituição de um Fundo de Modernização para a JUCEPI; criar, no âmbito da Comissão Técnica de Infraestrutura e Política Econômica, uma subcomissão para acompanhar e contribuir com o processo de modernização da JUCEPI; elaborar um Plano Estratégico Plurianual para o órgão.

"Para tudo na vida precisamos de parceria, é essa com o TCE-PI é muito produtiva. A presença dele eleva a credibilidade da instituição, só vem a colaborar para que a eficiência dos serviços oferecidos pela Junta Comercial. Estamos empenhados e é fundamental o monitoramento do órgão de controle externo para a continuação desse progresso independente de mudança de Administração", disse a presidente da Junta Comercial, Alzenir Porto.

Participaram da reunião representantes da Junta Comercial, do Sebrae, da Controladoria Geral do Estado, da Fecomércio e do TCE-PI. O relatório foi aprovado pelos presentes e será apresentado para apreciação no Plenário do Tribunal de Contas.

Fonte: ASCOM
Publicado Por: Fábio Carvalho